

**A Geopolítica da Produção do Espaço:
localização da hidrelétrica da Itaipu Binacional¹**

*The Geopolitics of Production of Space:
location of Itaipu Binacional Hydroelectric*

Edson Belo Clemente de Souza
ebelo2003@yahoo.com.br

Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste)

Resumo

O presente artigo tem como objetivo contextualizar a geopolítica da construção da Hidrelétrica da Itaipu Binacional e a sua inerente produção do espaço, ao considerar o território como base para as atividades econômicas. A estratégia da localização do empreendimento está atrelada aos fatores históricos que marcaram a relação diplomática entre Brasil e Paraguai. Para entender o processo pelo qual o Estado atua e como ocorre a apropriação e produção do espaço foram analisados os conteúdos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com destaque para os enfoques setoriais. O período analisado compreende desde o projeto até a criação do Lago de Itaipu. O espaço é incorporado para a produção de energia elétrica provocando sua alteração e sua contínua reprodução. Metodologicamente optou-se por uma revisão bibliográfica de autores que debatem o papel do Estado na produção do espaço e de outros que elucidam a realidade brasileira no período desenvolvimentista, enfocando o setor energético como crucial para a dinâmica capitalista. O embate político entre o Brasil e o Paraguai é antigo, no entanto a possibilidade da utilização de um maior volume de energia de Itaipu, condição fundamental para a industrialização do país, marca o início de um novo tempo entre Brasil e Paraguai.

Palavras-chave: Itaipu Binacional, produção do espaço, geopolítica

¹ Trabalhos anteriores sobre a Itaipu (SOUZA, 2002; SOUZA, 2005; SOUZA, 2009) motivaram a realização deste artigo, especialmente os desdobramentos espaciais e a revisão do Tratado de Itaipu ocorrido em maio de 2011. Meus agradecimentos aos críticos avaliadores deste artigo.

Abstract

This article aims to contextualize the geopolitics of the construction of Itaipu Binacional Hydroelectric and its inherent production of space, considering the territory as a base for economic activities. The strategy of the location of the project is linked to historical factors that have marked the diplomatic relations between Brazil and Paraguay. To understand the process by which the State operates and how the ownership and production of space occur, we analyzed the contents of National Development Plans, especially the sectoral approaches. The period analyzed ranges from design to creation of the Itaipu Lake. The space is built for the production of electricity causing its change its continued reproduction. Methodologically it was decided to review the literature of authors who discuss the State role in the production of space and also to review the literature of others that shed light on the Brazilian situation during developmental, focusing on the energy sector as crucial to the dynamics of capitalism. The political struggle between Brazil and Paraguay is old, although, the possibility of using a greater amount of energy from Itaipu, a fundamental condition for the industrialization of the country, marks the beginning of a new time between Brazil and Paraguay.

Keywords: Itaipu, production of space, geopolitical

Introdução

O presente artigo tem como objetivo contextualizar a geopolítica² da construção da Hidrelétrica da Itaipu Binacional e a sua inerente *produção do espaço*³, ao considerar o território como base para as atividades econômicas.

Num sentido mais restrito, o território é um nome político para o espaço de um país. Em outras palavras, a existência de um país supõe um território. Mas a existência de uma nação nem sempre é acompanhada da posse de um território e nem sempre supõe a existência de um Estado. Pode-se falar, portanto, de territorialidade sem Estado, mas é praticamente impossível nos referirmos a um Estado sem território (SANTOS & SILVEIRA, 2001). O território aqui é definido pela implantação de infraestrutura da produção de energia.

A estratégia da localização do empreendimento (ver Figura 1) está atrelada aos fatores históricos que marcaram a relação diplomática entre Brasil e Paraguai.

2 O termo é amplo e dinâmico conforme já mencionado por autores especialistas do assunto (MIYAMOTO, 1995; MESSIAS DA COSTA, 2000; ANDRADE & ANDRADE, 2003; CASTRO, 2005), mas todos eles convergem seus pensamentos geopolíticos na interface da história e da geografia, pois é através da interpretação dos acontecimentos históricos, à luz da geografia, que a geopolítica elabora seus discursos, fundamentando-se em estratégias de domínio e controle do território (ou do espaço geográfico) dos Estados-nações.

3“É neste espaço dialectizado (conflitual) que se consuma a reprodução das relações de produção. É este espaço que produz a reprodução, introduzindo nelas contradições múltiplas, vindas ou não do tempo histórico” (LEFEBVRE, 1973, p.18).

processo de industrialização, assim como pela escassez de reservatórios existentes. A construção da Hidrelétrica de Itaipu, uma das maiores do mundo, iniciou no período em que o Brasil vivia um padrão de ocupação territorial no qual o Estado e os grandes projetos de investimentos tiveram grande visibilidade. A década de 1970 foi caracterizada por vultosos investimentos, aplicados na extração de recursos naturais e em infraestrutura energética, de transporte e comunicação. Para Piquet (1998), o Brasil destacou-se como um dos países do Terceiro Mundo que individualmente mais aplicou nesse tipo de empreendimento, através dos quais foi promovida uma autêntica mutação da economia brasileira. A produção do espaço, produto da ação direta do Estado, como a inundação de áreas para geração de energia elétrica, concretiza a produção espacial e promove atividades econômicas diversas das predominantes antes das transformações promovidas pelo Estado, às custas, como afirma Andrade & Andrade (2003), de grande impactos ambientais e de grandes arbitrariedades.

A forte presença do Estado como regulador da economia e como produtor do espaço, especialmente no início da construção da hidrelétrica, foi a razão explicativa para definir, estrategicamente, a sua localização. O Estado, na economia brasileira, sempre teve papel significativo e expressivo como produtor de espaço, sobretudo nos últimos quarenta anos, por múltiplos instrumentos e visando à valorização do capital.

Segundo Santos & Silveira (2001, p.73): “A revolução das telecomunicações, iniciada no Brasil dos anos 70, foi um marco no processo de reticulação do território”. O desenvolvimento das telecomunicações não teria sido possível sem avanços paralelos da informatização do território. A regulação pelo poder público foi o motor desses processos, com a criação da empresa Brasileira de Telecomunicações S.A (Embratel), em 1965, e da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás), em 1972 (SANTOS & SILVEIRA, 2001).

Para o desenvolvimento deste trabalho foram utilizados os seguintes procedimentos metodológicos: levantamento bibliográfico sobre autores que embasaram teoricamente a história econômica brasileira, especialmente no período desenvolvimentista voltado para o setor energético; alguns autores contribuíram para compreender a hidrelétrica na perspectiva da produção do espaço; diversas foram as contribuições bibliográficas sobre o período da construção da hidrelétrica, especialmente aquelas que interpretaram o empreendimento Itaipu à luz de fatores históricos e econômicos; a utilização de teses e de dissertações também foi relevante para subsidiar o trabalho; a imprensa regional da época da construção e os diversos

boletins da própria Itaipu proporcionaram diversas leituras sobre o significado da hidrelétrica.

Optou-se por alinhar o texto no seguinte sentido: após esta breve introdução, relaciona-se o papel do Estado e os planos setoriais que nortearam o setor produtivo brasileiro na década de 1970 e 1980. A seguir, a contextualização histórica e política da construção da Itaipu Binacional, inserindo o significado da hidrelétrica para a dinâmica capitalista brasileira e para as questões geopolíticas da época, especialmente a relação entre Brasil e Paraguai e, finalmente, as considerações finais que tratam de demonstrar alguns resultados da pesquisa.

O Estado e os Planos Setoriais

A intervenção do Estado na economia brasileira foi indutora do processo de crescimento econômico, influenciando e induzindo fortemente as decisões do setor privado quanto à alocação de recursos na economia. Conforme Ferreira (1999, p. 57):

Entre meados da década de 1950 e o final dos anos 70, o desenvolvimento econômico brasileiro foi comandado por uma forte intervenção do Estado, cujas bases foram a intervenção direta na produção e a forte concessão de subsídios, o que provocou uma expansão do produto, mas também aumentou o déficit e a dívida pública.

Porto Gonçalves (1984) reafirma a intervenção do Estado com o objetivo de facilitar os caminhos do grande capital, acentuado desde o final do século XIX. Gottdiener (1993) procura mostrar a atuação do Estado através de sua política que, de modo geral, subsidia com dinheiro público a produção do espaço do e para o setor privado.

Como afirma Ferreira, sobre a racionalidade do Estado:

[...] manifesta-se pelas políticas gerais de planejamento do desenvolvimento e de integração territorial e pelas políticas específicas de estímulo à indústria e ao projeto habitacional, pela garantia entre as prioridades para o direcionamento de investimentos e outras facilidades para o capital (1999, p. 66).

Os planos setoriais e nacionais foram elaboradas por vários governos desde o Plano de Metas (1956-61)⁵ até o Plano Nacional de Desenvolvimento – PND. Da análise, pode-se constatar que os planos de desenvolvimento mostram as intenções de diretrizes de governo. As diretrizes apresentam variados níveis de complexidade, por vezes apenas explicitam intenções

5 “O Plano de Metas foi a espinha dorsal do nacionalismo desenvolvimentista. Era um equilíbrio contraditório entre o discurso nacionalista desenvolvimentista e realizações econômicas fundamentadas na abertura ao capital estrangeiro. O plano teve origem em economistas da CEPAL e do BNDE. O plano pretendia acelerar o processo de acumulação aumentando a produtividade dos investimentos existentes e aplicando novos investimentos em atividade produtoras. Enfim, aumentar a oferta de emprego, desenvolvendo cinco pontos básicos: energia, transporte, alimentação, indústria de base e educação” (SILVA & BASTOS, 1983, p. 284).

traduzidas por metas de produção, por vezes abarcam análises de maior alcance setorial dos aspectos econômicos, políticos e sociais.

Enquanto o I PND (1969-1974) propugnava uma participação majoritária do transporte rodoviário, considerado também como principal fator para a integração da nação, no II PND (1974-1979) ressalta-se a política para o setor de energia.

O choque do petróleo⁶, ocorrido em outubro de 1973, provocou uma crise energética mundial, obrigando os países mais avançados a rever suas estratégias de consumo e produção de energia. Assim, entre as principais diretrizes formuladas no II PND, destaca-se o setor de energia com a intenção de reduzir a dependência energética de combustíveis fósseis. Aparentemente há desestímulo ao uso intensivo do transporte rodoviário em relação a outras formas de transporte mais econômicas no que diz respeito ao gasto de combustível, mas tal não ocorreu porque conflitava com outras estratégias governamentais. A construção de barragens foi incentivada, tendo em vista a geração de um tipo de energia tida como alternativa à que era extraída do petróleo (FERREIRA, 1999).

O II PND, considerado um plano desenvolvimentista e antiinflacionário, destacou-se com o início da construção da usina hidrelétrica de Itaipu, com o acordo nuclear Brasil-Alemanha e a criação do Pró-Álcool, medidas ligadas à crise energética mundial.

Segundo expresso no II PND, o Brasil caminharia para o desenvolvimento. Para tal, a implantação de segmentos produtores de insumos básicos e de uma indústria de bens de capital de porte considerável fazia parte de uma fase recente do processo de industrialização (SHIMIDT, 1983). Para superar, conjuntamente, a crise e o subdesenvolvimento, o II PND escolhia superar a atrofia destes setores (insumos básicos e bens de capital) (CASTRO & SOUZA, 1985).

Diante das orientações de política econômica:

[...] o setor de energia elétrica manteve maciço programa de investimentos, que envolvia empreendimentos dotados de escalas técnicas mais elevadas e concentrava no grupo Eletrobrás parcela expressiva do esforço do crescimento. Por outro lado, alterou-se de forma significativa o perfil de financiamento do setor de energia elétrica, que passou a apoiar-se preferencialmente em empréstimos externos, em detrimento dos recursos gerados pelo próprio setor, como ocorrera até 1974 (LIMA, 1995a, p. 90).

Sob a égide do poder público, tendo em vista que a iniciativa privada não assumia e não assume tais empreendimentos, considerando, inclusive, o tempo de retorno do capital investido,

6 “O preço do petróleo subiu porque os países árabes suspenderam suas exportações de petróleo em represália ao apoio das nações do Ocidente a Israel, na guerra do Yom Kipur, deflagrada em setembro de 1973. A guerra logo terminou, mas o preço do petróleo não baixou” (KUCINSKI, 2001, p. 15).

impunha-se, através de um investimento estatal, “[...] uma redefinição de infra-estrutura dirigida à construção de estradas de penetração e à instalação de uma extensa rede de comunicação e de energia capaz de dar suporte a esses projetos” (PIQUET, 1990, p. 73).

Porto Gonçalves (1990, p. 31) reafirma o papel dos grandes projetos para o desenvolvimento capitalista brasileiro:

148

Eis aqui o cerne dos grandes projetos que causarão fortes impactos ambientais no país. As hidrelétricas gigantes; as estradas integradoras do território nacional; os monumentais sistemas de comunicação via satélite serão os marcos da nova organização do espaço brasileiro, promovida pelo grande capital monopolista, comandado pelo Estado a seu serviço. O regime autoritário que dirigiu este processo não foi um elemento acidental. A inexistência de tradição de liberdades democráticas fez com que a implantação do grande capital internacional não encontrasse aqui os limites que a sociedade civil lhe impunha nos seus países de origem.

Foi um período autoritário de governo em que os generais se sucediam no poder, por indicação dos órgãos superiores das Forças Armadas, que também indicavam os governadores dos estados a serem eleitos pelas assembleias legislativas. Os militares, guiados filosoficamente pelos princípios defendidos pelo general Golbery do Couto e Silva (1967 apud ANDRADE & ANDRADE, 2003), integraram o país na Guerra Fria.

Segundo Santos (1980, p.161), na esteira de Lefebvre, “[...] o ato de produzir é igualmente o ato de produzir espaço”. Nesse sentido, diz Milton Santos, a Geografia se ocupa da análise do espaço transformado pelo movimento histórico em diferentes escalas através das noções de totalidade e de tempo. Isto ocorre devido ao fato de não ser possível definir os eventos históricos e espaciais “fora de suas próprias determinações ou sem levar em conta a totalidade da qual eles emanam e que eles reproduzem (SANTOS, 1980, p.206).

Imprescindível às circunstâncias, o Estado adquiriu papel de suma importância enquanto promotor do processo industrial. Como afirma Castro & Silva, “[...] o plano (II PND) deixa claro que a consecução dessas mudanças requer a ativa presença do Estado” (1985, p. 31). Não obstante,

[...] a ação do Estado entre meados dos anos 60 e fins da década de 70 tenha sido para integrar a estrutura industrial e consolidar o processo de industrialização, as políticas implementadas apresentaram deficiências e lacunas em termos de política industrial que contribuíram para criar uma mentalidade protecionista, agravar o atraso tecnológico e manter a indústria com baixos níveis de eficiência e pouco competitiva (SUZIGAN, 1988, p. 5).

Os gigantes investimentos na Petrobrás, na Siderbrás, na Embratel, na Eletrobrás e em outras empresas públicas eram, a rigor, o sustentáculo do programa. E isso ocorria num duplo sentido: por sua função estratégica e pelo fato de que, de suas encomendas, derivavam

numerosos projetos levados a efeito pelo setor privado (CASTRO & SOUZA, 1985).

No contexto da crise do petróleo, o II PND elaborou um plano de expansão do setor, que atenderia o mercado de energia elétrica até 1990. Considerando a capacidade instalada de 17.500 MW em 1974, o plano, denominado de Plano 90, projetou a instalação de 30.000 MW até o final de 1980. Além da construção da usina de Itaipu, previa a implantação de mais usinas de grande porte⁷.

A consolidação de uma “economia moderna”, mediante a implantação de novos setores, a criação e adaptação de tecnologias, como parte integrante do II PND, vinculou-se ao propósito de suprir uma demanda de energia diante da crise que afetaria os fundamentos da sociedade industrial moderna (CASTRO & SOUZA, 1985). De acordo com Vainer:

As grandes hidrelétricas constituem – por sua dimensão, natureza, modo de implantação, objetivos – um caso típico de Grande Projeto de Investimento (GPI). Sua multiplicação, a partir dos anos 60 e 70, consolida uma política nacional de exploração energética de recursos hídricos marcada por duas características principais: absoluto predomínio do Estado como agente empreendedor e afirmação das unidades de grande porte como sustentáculo essencial do planejamento e expansão do sistema de geração de eletricidade (1992, p. 51).

Contextualização histórica e política da construção da Itaipu Binacional

A inserção histórica da construção de Itaipu é um elemento importante de análise, principalmente porque marca um ciclo importante do capitalismo brasileiro e mundial. As políticas de desenvolvimento direcionam o parque industrial brasileiro para um padrão semelhante ao dos países industrializados, buscando incluir o Brasil entre os países industrializados.

A noção de desenvolvimento se tornou hegemônica em nossa sociedade, pois associou as ideias de progresso, de bem-estar e de melhoria a um sentido evolutivo unilinear, onde os povos puderam ser classificados numa escala que vai do atraso ao progresso, do tradicional ao moderno, ou ainda do subdesenvolvimento ao desenvolvimento.

O ideal desenvolvimentista que se firma a partir dos anos 50 é um caso exemplar em nossa

7 Com destaque para: “Tucuruí (4.000 MW), no rio Tocantins, primeiro grande empreendimento da região amazônica; Itaparica (2.500 MW), Sobradinho (1.050 MW) e Paulo Afonso IV (2.500 MW), todas no rio São Francisco; Itumbiara (2.100 MW), Emborcação (1.000 MW) e Porto Primavera (1.800 MW) na região Sudeste; Salto Santiago (2.000 MW), Foz do Areia (2.500 MW) e Ilha Grande (2.000 MW) na região Sul” (LIMA, 1995a, p. 121).

história recente de concepção unilinear de desenvolvimento. Assim, assevera-se que:

Associado à afirmação do projeto capitalista e da hegemonia norte-americana, no contexto da guerra fria, constituiu-se num conjunto de ideias-força que motivaram às políticas de desenvolvimento. A sociologia do desenvolvimento, formulada pelos técnicos do Massachusetts Institute of Technology (MIT), postulava como objetivo o desenvolvimento ou a modernização das sociedades chamadas ‘tradicionais’ ou ‘atrasadas’, tendo como paradigma de desenvolvimento a sociedade industrializada norte-americana.

Os objetivos políticos dessa estratégia eram principalmente: abrir espaços para a expansão capitalista em novo estágio de acumulação e de divisão internacional do trabalho; e manter a hegemonia norte-americana, ampliando sua esfera de influência, a fim de barrar eventuais avanços do bloco soviético (CARVALHO, 1991, p. 17-18).

150

Dentre as características das sociedades ditas desenvolvidas estava seu alto potencial de fontes energéticas. O Brasil fez sua opção, conforme demonstra estudo feito por Rosa (1988) sobre grandes projetos de geração de energia elétrica. Rosa (1988) revela que nosso país, entre os países em desenvolvimento, destaca-se como um dos que mais investiu em grandes projetos, principalmente na década de 70. O mesmo autor reafirma a importância de inserir os grandes projetos no contexto capitalista, questionando o papel dos grandes projetos energéticos e a estrutura de desenvolvimento adotada.

O debate sobre Itaipu, nos anos de 1973 e 1974, questionava a magnitude da usina, sendo o projeto considerado por muitos extremamente ambiciosos, tendo em vista as dimensões e as perspectivas de crescimento da economia brasileira, mas “[...] verificou-se posteriormente um acelerado crescimento do consumo de energia elétrica, de modo que essas obras acabaram se revelando adequadas àquela perspectiva e o mercado absorvendo toda a capacidade geradora que vinha sendo instalada no país” (LIMA, 1995b, p. 171). Pode-se, assim, considerar que a crise está relacionada à produção e ao consumo de energia.

A Itaipu foi idealizada durante os anos do “milagre econômico” que caracterizou o Brasil pós-64, período no qual foi imposto um Estado que colocou em prática grandes projetos de investimento econômico, cuja meta foi a de implantar uma indústria de bens de capital.

O projeto de Itaipu insere-se na orientação política que havia decidido pelo aproveitamento máximo dos recursos hídricos para a produção de energia. Constituiu uma “alavanca” indispensável para promover o desenvolvimento e o progresso, conforme palavras utilizadas pelos militares da época.

A hidrelétrica de Itaipu, engajada nesses grandes projetos produtores de energia, contribuiu na sustentação de uma estratégia de âmbito nacional. Para Lima, a Itaipu significou muito mais:

A concepção da usina de Itaipu anunciava características de expansão do setor de energia elétrica que se tornariam mais evidentes no correr da década de 1970. Em primeiro lugar, o projeto de Itaipu apontava para a ocupação de novas fronteiras, cada vez mais distantes dos centros consumidores, entre as quais a Amazônia constituiria desdobramento natural. Em segundo lugar, indicava escalas técnicas sensivelmente mais elevadas, na média, do que as prevaletentes na década de 1960. Em terceiro lugar, o financiamento da usina de Itaipu, francamente apoiado em recursos externos, reforçava a tendência de endividamento do setor de energia elétrica, iniciada no final da década de 1960 e acentuada durante a década de 1970. Finalmente, o projeto de Itaipu consolidava a posição da Eletrobrás como agência de planejamento, de financiamento e de holding federal no setor de energia elétrica, controlando empresas atuantes em todo o território nacional e assumindo parcela crescente da produção nacional (1995a, p. 112).

A Eletrobrás, durante os anos que antecederam o início da construção da Itaipu, teve importância significativa para o setor energético, conforme um de seus presidentes que participou do planejamento da Itaipu, Mário Bhering:

A Eletrobrás, como órgão executivo da política de energia estabelecida pelo Ministério, é peça-chave neste contexto, seja como principal financiadora, seja como centro de planejamento e de coordenação operativa. Inserida, por assim dizer, entre o Ministério e as empresas concessionárias, sua missão não é fácil, mormente dentro de um setor que se caracteriza pela descentralização administrativa, com grande autonomia das direções das empresas concessionárias (Revista Brasileira de Energia Elétrica, 1975, p. 71).

Na mesma oportunidade, em novembro de 1975, o então empossado presidente da Eletrobrás, Antônio Carlos Magalhães, enfatizou alguns aspectos da conjuntura econômica:

No quadro atual da crise internacional de energia, cumpre intensificar os aproveitamentos hidrelétricos e garantir, quando não for possível acelerar, o cumprimento dos cronogramas das obras em curso, como meio de aliviar a dependência do País de fontes externas de energia. Devem-se também procurar obter saldos positivos de produção de energia hidrelétrica em relação ao consumo interno, capazes de permitirem o aumento da exportação de produtos em cuja elaboração incida parcela significativa da energia assim gerada. Isto poderá contribuir para produzir divisas necessárias ao equilíbrio da balança comercial do País, submetida atualmente à pressão derivada das importações de petróleo (Revista Brasileira de Energia Elétrica, 1975, p. 74).

Desse modo, encarregada da coordenação e execução da política de energia elétrica do país, a Eletrobrás interveio, significativamente, nos rumos do desenvolvimento do país, haja vista o seu poder decisório e a importância da energia elétrica.

Analisar o papel representado pela Itaipu, enquanto projeto de investimento sobre os padrões de ocupação do território nacional, requer recuperar a política industrial do período do autoritarismo militar. A binacionalidade, firmada em dois tratados, 26 de abril de 1973 e 4 de dezembro de 1975, “[...] constitui, sem dúvida, uma demonstração inequívoca de maturidade política das elites dirigentes das duas nações” (A Energia Elétrica no Brasil, 1977, p. 202).

As elites defenderam, entre outros investimentos, como prioridade, dentre os grandes eixos de infraestrutura, a construção da Itaipu, conforme demonstra Castro & Souza, (1985, p. 43):

Prioridades de Governo

Segundo empresários	Segundo Ministros
Itaipu	Prospecção de Petróleo
Ferrovia do Aço	Expansão da Siderurgia
Expansão da Siderurgia	Transportes Urbanos
Prospecção de Petróleo	Saneamento Básico
Programa Nuclear	Ferrovia do Aço
Saneamento Básico	Telecomunicações
Transportes Urbanos	III Polo Petroquímico
III Polo Petroquímico	Programa Rodoviário
Programa Rodoviário	Programa Nuclear
Telecomunicações	Itaipu

Conforme Lima (1995a), o Plano 90, de 1974 e o Plano 95, de 1979, tornaram o setor elétrico um dos principais elementos de planejamento governamental, uma das áreas de excelência da administração pública. Do ponto de vista setorial, essa foi a fase de ouro do setor elétrico, pois

[...] foi a fase de maturação das medidas tomadas no final do “milagre”. A reestruturação da *holding*, através da Lei Federal nº 5.899, de 1973, foi completamente implementada com o II PND: a Eletronorte assumiu a ocupação da fronteira amazônica, Itaipu surgiu como grande projeto binacional, e a Eletrosul, Furnas e Chesf complementaram todo o sistema Eletrobrás. A operação interligada e a criação do Grupo Coordenador da Operação Interligada – GCOI, também em 1973, passaram a desempenhar papel decisivo na nova configuração do setor elétrico. Foi na década de 1970 que se constituiu uma nítida divisão técnica entre as fontes produtoras e os mercados consumidores, instalando, no Brasil, a operação interligada com o objetivo de otimizar todo o seu potencial hidrelétrico (Idem, 1995b, p. 171).

É um planejamento setorial que tem seu rebatimento territorial, como será mostrado ao longo do trabalho. Apesar de o empresariado brasileiro ter priorizado a Itaipu, o esforço foi do setor público na sustentação do crescimento da economia brasileira, o que demonstra o que já foi

explicitado por Gottdiener (1993). O capital privado nacional não investia além dos serviços que lhe eram solicitados pelo próprio setor público. O capital privado estrangeiro era escasso, uma vez que as economias centrais estavam em crise. Esse esforço, prerrogativa do setor público, tinha, evidentemente, os seus limites (LIMA, 1995b).

A produção de energia de Itaipu era uma das alternativas no campo energético, em substituição ao carvão e ao petróleo. Comparando a outras alternativas, inclusive a nuclear, e incorporando a transmissão, “foi demonstrado” que os seus custos eram mais baixos, além de ser uma solução para os problemas de fronteira. Conforme a conferência proferida pelo general Costa Cavalcanti⁸, em que explicita o papel atribuído à usina, diz que esse papel extrapola o econômico e se insere na outra perspectiva de produzir novos espaços numa área geopolítica:

Itaipu não é apenas uma hidrelétrica, apesar de ser a maior do mundo. Esta obra proporciona, cria condições para o desenvolvimento econômico e social de uma região e de dois países. E, mais do que isto, o projeto, a obra de Itaipu é um grande projeto, é um grande empreendimento, é uma grande obra de integração entre dois países, Brasil e Paraguai.⁹

No contexto geopolítico, a obra foi erguida também com essa estratégia, pois, como afirma Sotuyo (1998, p. 54): “[...] ela estava voltada para o direcionamento militarista da classe governante brasileira. Sem dúvida, foram as manobras das forças políticas e militares que impulsionaram a construção de Itaipu como exemplo de progresso”.

O Plano Diretor que deu as diretrizes da construção da hidrelétrica de Itaipu começou em abril de 1961, quando:

[...] o Presidente Jânio Quadros recomendou ao Ministro das Minas e Energia que fizesse um estudo sobre a possibilidade do aproveitamento do potencial de Sete Quedas, observando, inclusive, o trabalho até então realizado naquela localidade para a produção de energia. Um ano mais tarde, foram contratados, para esse fim, os serviços técnicos do engenheiro Marcondes Ferraz, como foi amplamente divulgado pela imprensa (APROVEITAMENTO, 1996, p. 7).

Em contraposição aos projetos de megausinas, propugnava-se atenuar os impactos através de pequenas usinas de interesse regional. Assim, para Ferraz, seria possível construir pequenas

⁸Ex-ministro do Interior no governo do presidente Médici, ex-ministro das Minas e Energia, no período de 15 de março de 1967 a 30 de janeiro de 1969, foi nomeado diretor geral da Itaipu Binacional em 17 de maio de 1974 e ficou nesse cargo até maio de 1985.

⁹Pronunciamento em 29/6/1979, por ocasião da visita dos deputados da Assembleia Legislativa do Paraná, para testemunhar o andamento das obras de Itaipu.

barragens por um custo menor, menos impactos e mais produção energética. Em 1962, Ferraz elaborou um relatório preliminar em que argumentava que os impactos ambientais seriam menores, inclusive Sete Quedas seria preservada, pois seriam construídas as pequenas barragens a montante de Sete Quedas. A opção previa produzir 10.000Mw de energia elétrica, exclusivamente brasileira.

A proposta de pequenas barragens provocou reações do governo do Paraguai, que

[...] sustentava o domínio de seu país sobre o conjunto de Sete Quedas, o qual ficaria estabelecido pelos trabalhos de demarcação de fronteiras que eram realizados por uma comissão mista. A essa controvérsia sucederam-se, naquela região, algumas ações inamistosas. As relações entre os dois países não eram as melhores (APROVEITAMENTO, 1996, p. 8).

A inviabilidade de levar adiante o projeto de Ferraz, denominado de Grupo de Trabalho de Sete Quedas, está na sua intransigência e indisposição, conforme demonstra Pereira (1974, p. 55-56):

Em reportagem do Correio da Manhã, de 10.11.64, vinha analisado o comportamento do Eng^o. Otávio Marcondes Ferraz. Acusado de responsável pelos incidentes com o Governo Paraguai, promovendo levantamentos em área daquele país, sem munir-se de consentimento, esse engenheiro que virá a assumir a presidência da Eletrobrás após março de 1964, defendia-se considerando dispensáveis tais consultas. Importante lhe parecia, naquela época, a participação argentina. Chegara mesmo a viajar a Buenos Aires e a proferir conferência em que sustentara a dispensabilidade da audiência do Paraguai. A participação argentina impunha-se para assegurar o consumo da energia a ser produzida e atrair a Light ou a Bond & Share ou outra empresa privada dessa categoria, para a região. Adversário confesso e implacável da Eletrobrás, em inúmeros pronunciamentos, não acreditava em energia produzida pelo Estado.

As entrevistas de Octávio Marcondes Ferraz provocaram notas de protesto de Stroessner, ao Governo de João Goulart. Reclamava participação em quaisquer estudos e a demarcação das fronteiras pelo Tratado de 1872, ainda não terminada. Engajado nas correntes políticas adversárias de João Goulart, o Eng^o. Marcondes Ferraz insistira nas provocações. Parecia interessado em criar animosidades que aumentassem os tormentos a esse Presidente da República.

Considerado o projeto mais viável, pelas circunstâncias apresentadas, iniciou-se um processo de negociações para a construção da Itaipu, face à conjuntura política entre os países da fronteira, como também os interesses de aproveitamento do mesmo rio, o Paraná. Os dois

presidentes reuniram-se e combinaram não estabelecer qualquer utilização das águas na região fronteira sem mútuo entendimento. Como demonstra Caubet (1991, p. 15): “A construção da barragem de Itaipu, sobre o médio Paraná, ilustrou bem a complexidade dos problemas que é preciso resolver para conciliar os interesses de vários Estados ribeirinhos, quando esses privilegiam utilizações diferentes das águas.”

Irritado com a possibilidade de serem excluídos:

O Paraguai se insurgiu contra a pretensão brasileira. Com razão, porque, conforme o Tratado de Limites assinado pelos dois governos em 1872, quando no ar ainda havia cheiro de pólvora da Guerra da Tríplice Aliança, o rio Paraná pertence “em condomínio” aos dois países, no trecho em que divide as duas fronteiras. Qualquer utilização do rio, portanto, também teria que ser feita em condomínio ou, no mínimo, com a aprovação das duas partes (Foz do Iguaçu - Retratos, 1997, p. 28).

Em entrevista, Ferraz afirma que o Brasil não precisava ceder ao Paraguai, pois tinha todos os trunfos: “*Know-how*, o dinheiro, a capacidade de obter mais dinheiro para fazer a usina e, o que era mais importante, o mercado” (Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1993, p. 168). Pereira (1974) esclarece que o Eng^o. Marcondes Ferraz dirigira a construção da Usina de Paulo Afonso, participava do Conselho de Administração da Light, e um outro Marcondes Ferraz (Mariano) representava a General Electric no Brasil. Essa empresa norte-americana vendia equipamentos para usinas.

Por sua vez, o Presidente Goulart convidou os soviéticos a estudar o aproveitamento de Sete Quedas:

Pelos cálculos do escritório Marcondes Ferraz, feitos em moeda forte, para fugir à desvalorização do cruzeiro, o custo da obra de Sete Quedas será mais ou menos de US\$ 1 bilhão. Os russos acreditam que poderão fazer a obra mais barata e além de projetá-la, se oferecem também para construí-la, mediante financiamento a longo prazo, como parte substancial do pagamento em mercadorias brasileiras. A energia será oferecida também aos governos da Argentina e do Paraguai. (PEREIRA, 1974, p. 59).

Essa aproximação do Presidente Goulart com os soviéticos não era aceita pelo Presidente Stroessner, pois suas ligações com os Estados Unidos não indicavam qualquer possibilidade de negociação com os soviéticos. Assim, “O Presidente Alfredo Stroessner sempre teve a melhor boa vontade para com o Brasil, mas é certo que abjeta a participação soviética na elaboração do projeto ou execução da obra, pois Stroessner é violentamente anticomunista” (Jornal do Brasil, 09.01.64 apud PEREIRA, 1974, p. 60).

Superando as diferenças ideológicas, a constatação do Presidente Goulart, da grave crise de

energia elétrica que se avizinhava, acelerava as negociações com o Paraguai, mas antes deveria contornar uma outra crise, com a Argentina.

As desavenças políticas com o Paraguai e Argentina colocavam em dúvida o profícuo empreendimento defendido pelas forças militares brasileiras. A Argentina argumentava que a usina de Itaipu inviabilizaria a usina de Corpus, situada a jusante, em território argentino. Da mesma maneira, Corpus traria problemas à Itaipu, que teria suas turbinas afogadas. Para a Argentina, a usina importava em um atentado à sua soberania. Insistiam numa divisão equitativa do aproveitamento das águas do rio Paraná. Ao Paraguai pesava o regime de força militar vigente ao qual foi submetido e a uma crescente oposição interna e externa à Itaipu. O noticiário da época publicava o seguinte:

A Binacional Itaipu, que está sendo construída pelo Brasil e Paraguai, além de estar expulsando índios e camponeses da região e inundando o Salto Sete Quedas, também está criando para os argentinos e paraguaios problemas bem sérios.

Para a Argentina, a barragem significa a ameaça sempre presente de Buenos Aires ser totalmente destruída pelas águas, caso haja um estouro das comportas. E quem conhece a responsabilidade com que estas grandes obras são construídas em terras brasileiras sabe dos riscos que o povo argentino está correndo.

Pelo acordo firmado entre as autoridades brasileiras e paraguaias, no final da construção da hidrelétrica nossos vizinhos terão contraído uma dívida para conosco equivalente a cinco anos de seu Produto Interno Bruto (AMEAÇA, 1980, p. 6).

As controvérsias com a Argentina também exigiram entendimentos políticos, uma vez que a Argentina temia que a construção e a operação da Itaipu prejudicasse a sua navegação e outras implicações: “A decisão brasileira de iniciar os trabalhos da maior barragem do mundo foi tomada no início dos anos 1960. Mas foi só em 1979 que um acordo tripartite, celebrado pela Argentina, Brasil e Paraguai, sela o entendimento dos países ribeirinhos” (CAUBET, 1991, p. 15). Denominado “Acordo sobre cooperação técnico-operativa entre os aproveitamentos de Itaipu e Corpus”, estabeleceu vários itens, destacando-se:

A Itaipu Binacional e a entidade que tenha a seu cargo o aproveitamento projetado na zona de Corpus estabelecerão procedimentos adequados de coordenação operativa entre ambos os aproveitamentos para obtenção de benefícios recíprocos, incluindo o intercâmbio da informação pertinente dos três países, que seja possível antecipar (Atos Oficiais da Itaipu Binacional, 1996, p. 79-80).

A causa do impasse entre as duas represas está, nas palavras de Ferraz:

A Argentina projetou uma usina em um lugar denominado Corpus, um pouco a jusante da foz do rio Iguçu, e levantou uma série de questões que, a meu ver, não pareciam razoáveis e dificultaram um pouco a solução brasileira de Itaipu. Mas foi uma questão política, na qual o Brasil achou que deveria ceder, e cedeu, elevando um pouco o nível da parte inferior da usina (PEREIRA, 1974, p. 45).

O fato de as autoridades militares estarem no poder em todos os países da Bacia do Prata explicita os conflitos geopolíticos decorrentes da construção de Itaipu. Para os militares, as relações internacionais estão estritamente subordinadas às concepções geopolíticas do poder (CAUBET, 1991).

157

Após a assinatura da Ata do Iguazu entre Brasil e Paraguai, em 22/6/1966, foi criada a Comissão Técnica Brasileiro-Paraguaia para a implementação do disposto na Ata do Iguazu. O trabalho da Comissão prorrogou-se até abril de 1970, quando foi celebrado o ‘Convênio de Cooperação’ entre a Comissão Técnica, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobrás) e a Administração Nacional de Eletricidade (Ande), do Paraguai, até que, em 26 de abril de 1973, era assinado, em Brasília, o Tratado de Itaipu:

O Tratado de Itaipu é um documento bastante amplo, que também dispõe sobre a criação, em igualdade de direitos e obrigações, de uma entidade binacional denominada Itaipu, com a finalidade de realizar o aproveitamento hidrelétrico, outorgando-lhe, ademais, a concessão desse aproveitamento durante a sua vigência (50 anos) (APROVEITAMENTO, 1996, p. 12).

Esse documento regula o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, desde Guaíra até Foz do Iguazu.

Conforme Betiol, o Tratado de Itaipu é inovador e especial:

Primeiramente, ele é inovador no que diz respeito às relações bilaterais entre o Brasil e o Paraguai, pois que, em nenhum momento da história dos dois países, a cooperação econômica atingira um tal nível. Em segundo lugar, ele é especial porque estabelece as bases jurídicas para o aproveitamento internacional de recursos energéticos de um rio fronteiro, bem como cria um organismo internacional incumbido da gestão desse aproveitamento. (1983, p. 3).

Esse organismo internacional ficava incumbido de “Promover o pleno aproveitamento dos recursos naturais da região e o seu desenvolvimento econômico, em benefício da prosperidade e bem-estar das populações brasileira e paraguaia” (Anexo C do Tratado de Itaipu). Segundo o então presidente da Itaipu, general Costa Cavalcanti, este foi o enfoque que norteou o entendimento entre os governos do Brasil e do Paraguai para a assinatura de um tratado internacional que resultou na criação de uma entidade binacional denominada Itaipu (apud MÜLLER, 1995).

Para o Paraguai, a produção energética passou a revelar um bom negócio. No bojo das discussões sobre a Itaipu, o Paraguai construiu, em 1967, a usina de Acaraí, afluente do Paraná, cuja maior parte de produção vende a cidades da Argentina e do Brasil na fronteira. As obras

receberam financiamento do BID. Mais recursos foram pleiteados para produzir e exportar eletricidade, desta vez no Rio Monday. De acordo com Pereira:

Produzir energia para vender fora não altera a estrutura fundiária do Paraguai e põe nas mãos dos que se encontram no poder milhões de dólares que lhes aumentam a força política. Para um país, cuja receita cambial não passara, em 1971, de 52 milhões de dólares, pode-se imaginar o significado dessa nova forma de utilizar a eletricidade. Abria-se a Stroessner a perspectiva de vender eletricidade, como os xeques árabes vendem petróleo, ou seja, sem os riscos de montar ‘fábricas’ que trazem greves e comunismo (1974, p. 88).

No dia 10 de novembro de 1989, os presidentes do Brasil, José Sarney, e do Paraguai, Andrés Rodrigues, inauguraram a Casa de Força do Leito do Rio Paraná e a entrada da 15ª Unidade Geradora. Na oportunidade, o pronunciamento do presidente do Paraguai enaltecia a importância da Itaipu com as seguintes palavras: “Itaipu foi convertida no ponto nevrálgico do entendimento paraguaio-brasileiro, para caminharmos juntos pela estrada do progresso à meta de nosso destino comum de grandeza e bem-estar” (OS PRESIDENTES, 1989, p. 5).

Mesmo assim, porém, esse discurso nem sempre foi condizente com os fatos que marcaram uma relação conflituosa entre Brasil e Paraguai no que diz respeito à Itaipu. Por se sentir prejudicado com algumas cláusulas do Tratado de Itaipu, o governo paraguaio solicitou uma revisão para melhor adequar-se aos novos tempos. Passados 20 anos da assinatura do Tratado, paraguaios e brasileiros reuniram-se na empresa para a comemoração: “Na ocasião o diretor geral do lado paraguaio, Miguel Luciano Jiménez, insistia na revisão do Tratado. Por sua vez, o diretor geral do lado brasileiro, Francisco Gomide, admitiu uma revisão para fins de reajuste à nova realidade de duas décadas após a assinatura” (NOVAMENTE, 1993).

Na oportunidade, o presidente paraguaio afirmou a importância da Itaipu não somente como produtora de energia, mas também como um “preponderante fator de desenvolvimento”, o que coincide com o ideário geral de produção industrial como motor para o desenvolvimento econômico.

Há algum tempo o Paraguai vem pedindo a revisão do anexo A do Tratado de Itaipu, no qual se estabelece que o Paraguai só tenha direito a um cargo – o de diretor geral. Segundo o então diretor geral do lado paraguaio, a opinião pública e o Congresso Nacional do Paraguai rechaçam o disposto no referido artigo: “Ele defende uma revisão imediata e elege isso como prioridade para que possam definir o rumo pelo qual devem seguir” (Ibid). Há outros artigos que os representantes paraguaios também querem rever: “O Paraguai pretende vender energia para

outros países da América Latina, mas o Tratado prevê que o seu excedente poderá ser vendido somente ao Brasil” (Ibid).

Canese observa dois aspectos mais críticos do Tratado de Itaipu:

a) La imposibilidad de vender la energía. El tratado prohíbe que se transfieran cargas eléctricas a terceros países. Esta cláusula es no sólo inconveniente para el Paraguay, sino para el mismo Brasil, según se probó en el punto correspondiente a la integración energética. Durante la crisis energética Argentina, el Paraguay y el Brasil dejaron de percibir 380 M US\$ cada uno, cuanto menos, debido a esta cláusula (y a la ausencia de la infraestructura al texto del tratado, que hace inviable cualquier proyecto de interconexión eléctrica).

b) La falta de criterio de cálculo de “royalties” e compensación. Desde la firma del tratado, el 26 de abril de 1973, hasta la fecha, se desconoce el criterio de como fueron calculados los valores de 300 US\$/GWh cedido, para la compensación, y de 650 US\$/GWh generado, para los “royalties”. Esta falta de criterios es inadmisibles y existen claros indicios que le perjudican al Paraguay. El criterio establecido en el tratado de Yaceretá para la compensación por la unitario de 2.998 US\$/GWh, no casualmente casi 900% mayor que el mismo valor unitario fijado en el tratado de Itaipu (1990, p. 141).

Em 1993, o candidato à presidência da República do Paraguai pelo Partido Liberal Radical Autêntico (PLRA), Domingo Laino, declara:

Nós acreditamos que o Tratado de Itaipu assinado há 20 anos, dentro da ótica de dois governos autoritários, e como é uma empresa produtora de energia elétrica, naturalmente necessita de uma revisão para se ajustar às novas condições imperantes. Nós cremos que é importante revisar o Tratado e também democratizar a Itaipu. A Itaipu é criticada por ser uma entidade muito fechada - uma espécie de supra-nação. Falta impor mais controle - porque há graves denúncias sobre a utilização dos multi-milionários recursos da Itaipu (REVISÃO, 1993).

De acordo com Canese (1991, p. 49): “O tratado de Itaipu, concedido na época do auge da doutrina de Segurança Nacional na América do Sul, deve ser modificado para beneficiar não só o Paraguai, mas toda a região, que seria favorecida com menores custos do serviço de eletricidade”.

Em encontro político do então presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente do Paraguai Fernando Lugo, em 2009, ficou definido o reajuste dos pagamentos ao Paraguai decorrentes da correção do fator de multiplicação aplicado aos valores estabelecidos no Anexo C do Tratado de Itaipu (Bases Financeiras e de Prestação dos Serviços de Eletricidade). Aprovado no Senado brasileiro em maio de 2011, o fator sobe de 5,1 para 15,3. Em valores, significa que o Brasil triplica a cessão de energia da hidrelétrica da Itaipu, de US\$120 milhões para US\$360 milhões.

A então senadora Gleisi Hoffmann, relatora do processo de mudanças no Tratado de Itaipu, argumenta que

[...] a Casa (o Senado) é responsável por fazer os grandes debates das questões externas. Compreende a importância desse acordo e sabe que é um jogo de ganha-ganha, pois beneficia o Brasil também. Não podemos esquecer que temos 300 mil brasileiros vivendo no Paraguai. É o país estrangeiro com o maior número de brasileiros depois dos Estados Unidos e sabemos que esse acordo vai beneficiar essa população que vive na fronteira (PARAGUAIOS, 2011, p. 12).

160 Para o deputado federal brasileiro Eduardo Sciarra, “A revisão do Tratado foi um erro histórico. O apetite do Paraguai sobre Itaipu não tem limites. Além da venda pleiteada pelo diretor paraguaio, o nosso vizinho vai querer, em seguida, vender essa energia a terceiros, o que não está previsto no Tratado” (PARAGUAI, 2011, p. 7). O deputado está se referindo também à negociação diplomática reivindicada pelo Paraguai para mudar o regime de cessão para o de comercialização ao Brasil. Segundo o deputado,

O Brasil deu todas as garantias, colocou a engenharia a serviço do empreendimento e comprou a energia que viabilizou o pagamento do financiamento, sendo que o Paraguai não tinha para quem vender a energia excedente. Modificar o tratado agora, no meio do caminho, é não levar em consideração tudo o que foi acertado em 1973 (PARAGUAI, 2011, p. 7).

Em 2010, o Paraguai consumiu apenas 8,5% da energia produzida pela binacional, os outros 41,5% a que tem direito vendeu ao Brasil, conforme determina o Tratado de Itaipu. Como ação mitigadora do impasse sobre os direitos de comercialização da energia produzida pelo Paraguai, a gestão da Itaipu do lado brasileiro iniciará a construção da linha de transmissão de 500 quilovolts (KV), entre a binacional e a Villa Hayes, o que, segundo o presidente do Paraguai, Fernando Lugo, “[...] passaremos de um estágio de economia predominantemente agrícola para industrial” (OBRA, 2011, p. 5), pois, com a linha,¹⁰ haverá mais condições de usar a energia de Itaipu a que o país tem direito.

Diante dos limites de infraestrutura energética do Paraguai, a implantação das linhas de transmissão poderá significar um momento histórico de reconstrução do seu território, amparado em um sistema técnico que integrará regiões além da fronteira com o Brasil, dinamizando o setor produtivo industrial.

Antes mesmo de toda essa polêmica sobre a revisão do Tratado de Itaipu, protagonizada pelos interesses brasileiros e paraguaios, e brasileiros entre si, documentos oficiais brasileiros alardeavam a seguinte expressão:

10 A linha terá 345 quilômetros de extensão e, atravessará quatro departamentos e 20 municípios.

Os reflexos geopolíticos e as consequências práticas de aproximação brasileira-paraguaia em torno de Itaipu ainda não foram inteiramente avaliados pela opinião pública continental.

Preliminarmente, há que acentuar e louvar o exemplo de cooperação e solidariedade continental proporcionado pelo Brasil, preferindo explorar o enorme potencial da região em um regime de cooperação com o país vizinho, desprezando soluções unilaterais para o aproveitamento energético do rio Paraná. Isto foi feito em nome da solidariedade continental e este atendimento entre os dois povos vizinhos conserva o controle e o poder de decisão sobre o uso da imensa riqueza em mãos dos respectivos governos.

O consórcio binacional constituído para concretizar os desejos de cooperação manifestados pelos dois governos interessados constitui-se um exemplo marcante de cooperação internacional e seus efeitos perdurarão muito além da conclusão da obra.

Em uma primeira fase, que se estenderá por todo o período de sua construção, a usina de Itaipu terá efeitos dinamizadores sobre a economia de ambos os países, além da oferta de energia abundante que, por si só, já constitui requisito indispensável para o desenvolvimento.

[...] poder-se-á dizer que o impacto sobre sua economia será tão significativo que, no futuro, não se poderá compreender o Paraguai sem Itaipu (Apud CAUBET, 1991).

Também arguindo a favor da Itaipu, o general José Costa Cavalcanti – então Presidente da Itaipu – questionado, em entrevista, sobre as maiores dificuldades políticas, afirmava o seguinte: “O que surpreende nesta obra binacional é justamente a não ocorrência de dificuldades políticas capazes de ameaçar ou obstacularizar os esforços, visando levá-la a bom termo, pelo menos até o presente momento” (Revista Energia Elétrica, 1979, p. 18).

Quando se refere à infraestrutura, na qual as decisões são predominantemente públicas, mas com influência determinante das empreiteiras, acumulando gastos gigantescos como a própria dívida externa, Dowbor (1994, p. 67) afirma que:

[...] para desenvolver um programa atômico sem nenhum sentido, uma rodovia Transamazônica entre nada e o nada, uma ferrovia do aço que, segundo a imprensa tem mais túneis e pontes do que trechos normais, e uma central hidrelétrica que arcou com todos os sobrecustos de querer ser a maior do mundo. [...] só na central foram 18 bilhões, dinheiro suficiente para comprar bons estabelecimentos agrícolas para todos os sem-terra do País.

Esse autor reforça a tese de Ferraz a respeito das várias alternativas de se construir hidrelétricas de porte médio, acompanhando assim o aumento da demanda de energia de forma gradual e de acordo com a necessidade. Poderiam tais hidrelétricas menores propiciar tanto o

desenvolvimento econômico nacional como local sem, pelo menos em princípio, subordinar totalmente o local ao projeto nacional que ocorre em locais distantes de onde as obras são implantadas.

Discordando um pouco dos números, mas com a mesma veemência de denúncias, Schilling & Canese (1991, p. 8) defendiam

162

[...] a apuração do caso mais flagrante de corrupção em escala monumental: a construção da hidrelétrica de Itaipu. A Câmara dos Deputados já aprovou a constituição de uma CPI para averiguar as causas da brutal disparidade entre o orçamento inicial da represa e o seu custo final: US\$2,033 bilhões e mais de US\$20 bilhões. Mesmo descontando a inflação internacional e a desvalorização do dólar no período, a fraude será possivelmente a maior da história do capitalismo.

Os beneficiados da corrupção de grandes barragens na América Latina também são merecedores de atenção por Switkes:

Fornecedores de equipamentos e consultores de engenharia de Tóquio e Oslo traficavam seus serviços, passando envelopes fechados para funcionários públicos como apreciação pela sua cooperação. A Barragem de Yacereté causou uma dívida de US\$ 10 bilhões e a de Itaipu, US\$ 20 bilhões. Pelo menos 40% da enorme dívida externa brasileira foi acumulada por investimentos do setor elétrico. Os ditadores provavelmente sabiam que eles não estariam no poder quando as contas vencessem (2001).

Para o general José Costa Cavalcanti,

[...] os investimentos deverão ser pautados em consonância com os recursos assegurados e de acordo com as prioridades fixadas, procurando-se reduzir cada vez mais os dispêndios de custeio, obras de infra-estrutura e outros itens, objetivando concentrar maior parcela dos recursos nas instalações de energia propriamente ditas. (OS PRESIDENTES, 1989, p. 6).

Para Schilling e Canese (1991, p. 8), o “[...] manto protetor dos regimes militares então vigentes no Brasil e no Paraguai fez crescer, é obvio, desmedidamente, a corrupção que tradicionalmente se verifica na construção de obras públicas em nossos países”. Acrescente-se a isso o fato de que a corrupção e a impunidade, tão características do ambiente fechado das ditaduras, impuseram severos estragos à consecução de diversas metas (CASTRO & SOUZA, 1985). O autoritarismo, tão presente também no regime militar brasileiro, mutilou a participação política e social da sociedade em grandes decisões de interesse do país, como foi a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Considerações finais

A construção da Hidrelétrica da Itaipu expressou um cenário político novo no Brasil, suscitando várias formas de análise, com perspectivas e diferentes interpretações, mostrando contradições e conflitos.

Para entender o processo pelo qual o Estado atua e como ocorre a apropriação e a produção do espaço foram analisados os conteúdos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento, com destaque para os enfoques setoriais. O período analisado compreende desde o projeto até a criação do Lago de Itaipu. O espaço é incorporado para a produção de energia elétrica provocando sua alteração e sua contínua reprodução.

O artigo apontou também as controversas políticas entre os países cujos territórios são banhados pela bacia hidrográfica do rio Paraná e os embates políticos com o Brasil que projeta e executa as obras para geração de hidroeletricidade. Mostra como se dá a mediação política de cunho internacional tendo como base a exploração do território.

O embate político entre o Brasil e o Paraguai é antigo, no entanto, a possibilidade da utilização de um maior volume de energia de Itaipu, condição fundamental para a industrialização do país, marca o início de um novo tempo entre Brasil e Paraguai, assim como equaliza a distorção histórica da distribuição de energia da Itaipu Binacional entre os dois países.

A análise aponta a importância do território e como as relações internacionais são mediadas pelas características do território das nações que assinaram o Tratado de Itaipu. Ou seja, o território é a base das negociações realizadas entre os países mediados pelas normas da política internacional. Embora o território e o espaço fiquem ocultos pelo debate da geração de energia, é importante ressaltar que, mesmo ocultado pelo embate sobre o aproveitamento de energia, é o espaço que está sendo objeto de disputa. Para compreender o processo pelo qual o Estado redefine continuamente o território, ao produzir espaço, é mister considerar o território como base para as atividades econômicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de; ANDRADE, Sandra Maria Correia. **A Federação Brasileira: uma análise geopolítica e geo-social**. São Paulo: Contexto, 2003.

BETIOL, Laércio. **Itaipu – modelo avançado de cooperação internacional na Bacia do Prata**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983.

CANESE, R. **La problemática de Itaipu** – análisis de los principales aspectos económicos, financieros y energéticos. Assunción, Paraguay, 1990.

CARVALHO, I. C. M. Territorialidades em luta: uma análise dos discursos ecológicos. In **IF Série Registros**. São Paulo (9): 1-57, 1991.

CASTRO, Iná E. de. **Geografia e geopolítica: território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CASTRO, Antonio B. de; SOUZA, Francisco E. P. de. **Economia brasileira em marcha forçada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CAUBET, Christian G. **As grandes obras de Itaipu**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1991.

COTRIM, John R. **A história de Furnas** – das origens à fundação da empresa. Rio de Janeiro: Furnas Centrais Elétricas, 1994. Vol. 1.

DOWBOR, Ladislav. **O que é poder local?** São Paulo: Primeiros Passos, 1994.

FERREIRA, Márcia M. **Desenvolvimento regional do Mato Grosso do Sul** – o caso do cimento. Presidente Prudente: Unesp, 1999 (Dissertação de Mestrado).

GOTTDIENER, Mark. **A produção social do espaço urbano**. Tradução de Geraldo Gerson de Souza. São Paulo: Edusp, 1993.

JÁUREGUI, Carlos A.; GARCIA, Mônica de la. La dimension territorial del Proyecto Cancun, Estado de Quintana Rôo. In: NICOLÁS, Daniel H. (Comp.) **Teoria y práxis del espacio turístico**. Universidad Aut[onoma Metropolitana Unidade Xochimilco, 1989.

KUCINSKI, Bernardo. **O fim da ditadura militar**. o colapso do “milagre econômico”. A volta dos quartéis. A luta pela democracia. São Paulo: Contexto, 2001.

KURZ, Robert. Elefantes Brancos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2 de set. 2001. Caderno Mais.

KURZ, Robert. O ímpeto suicida do capitalismo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 30 set. 2001. Caderno Mais.

LEFEBVRE, Henri. **A Reprodução das Relações de Produção**. Tradução: Antonio Ribeiro e M. do amaral. Porto (Portugal): Publicações Escorpião – Cadernos o Homem e a Sociedade, 1973.

LIMA, José L. **Políticas de governo e desenvolvimento do setor de energia elétrica** – do Código das Águas à crise dos anos 80 (1934-1984). Rio de Janeiro: Centro de Memória da Eletricidade no Brasil, 1995a.

- LIMA, José L. A trajetória do setor de energia elétrica na década de 1970. In: DIAS, Renato F. (Coord.) **A Eletrobrás e a história do setor de energia elétrica no Brasil**. Ciclo de Palestras. Rio de Janeiro: Centro de Memória da eletricidade no Brasil, 1995b.
- MANTEGA, Guido. **E economia política brasileira**. 3. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Polis/Vozes, 1985.
- MESSIAS DA COSTA, Wanderley. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil: a “montagem” do território brasileiro**. Geografia política e geopolítica. As políticas territoriais após 1964. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. **Geopolítica e poder no Brasil**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.
- MORO, Fernando de C. A. Um museu para Itaipu. In: **Ecomuseu de Itaipu** _Livro texto. 1987.
- MÜLLER, A. C. **Hidrelétricas, meio ambiente e desenvolvimento**. São Paulo: Makron Books/Itaipu Binacional, 1995.
- OLIVEIRA FILHO, Cesar C. de; PAIVA, Melquíades Pinto. **Indicações de usos múltiplos das principais represas hidrelétricas do Brasil**. Rio de Janeiro: ELETROBRÁS – Centrais Elétricas Brasileiras S. A, jan. 1977.
- PEREIRA, Osny D. **Itaipu prós e contras** – ensaio sobre a localização, no Brasil, da maior barragem do mundo e suas implicações em nossa política continental. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- PIRES, Paulo dos S. A paisagem rural como recurso turístico. In RODRIGUES, Adyr Balastreri.(Org.). **Turismo rural**. São Paulo: Contexto, 2001.
- PIQUET, Rosélia. Grandes projetos e tendência na ocupação no território. In: **Revista Espaço e Debates**, nº 31, 1990.
- PORTO GONÇALVES, C. W. **Paixão da terra** – ensaios críticos de ecologia e geografia. Rio de Janeiro: Soccio, 1984.
- _____. Impacto ambiental e regime político. In **Hidrelétricas, ecologia e progresso** – contribuições para o debate. CEDI: Rio de Janeiro, 1990.
- RAMOS, J. M. **A influência de Itaipu na economia dos municípios lindeiros: o caso de Entre Rios do Oeste**. Toledo-PR: UNIOESTE, 1998 (Monografia de Pós-Graduação- *Lato Sensu* em Ciências Econômicas).
- ROSA, L. P. Os grandes projetos e o setor elétrico. In: ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELNIK, O. (Coords.). **Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares**. São Paulo: AIE/COPPE,

Marco Zero e CNPq, 1988.

SANTOS, Milton. **Por Uma Geografia Nova** – da crítica da Geografia a uma Geografia crítica. 2ª. Ed. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, Milton & SILVEIRA, M^a. Laura. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SIGAUD, L. Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos; as barragens de Sobradinho e Machadinho. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n^o 18, ano 07, fev. 1992.

SCHILLING, Paulo. O homem, a ecologia, a soberania e o desenvolvimento. In: SCHILLING, Paulo; CANESE, Ricardo (Orgs.). **Itaipu: geopolítica e corrupção**. São Paulo: CEDI, 1991.

SHIMIDT, Benício Vietro. **O Estado e a política urbana no Brasil**. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade Federal, 1983.

SOTUYO, Patrícia C. G. **Segregação urbana: estudo de caso das vilas de Itaipu**. Florianópolis, RS: UFSC, 1998 (Dissertação de Mestrado).

SOUZA, Edson Belo C. de. **Estado: produção da região do Lago de Itaipu – turismo e crise energética**. Presidente Prudente, SP: UNESP, 2002 (Tese de Doutorado).

_____. Contextualização política da construção da barragem de Itaipu. In: **Revista Perspectiva Geográfica**, n^o 1, p. 25-47, 2005.

_____. **A (re)produção da região do Lago de Itaipu**. Cascavel/PR: Edunioeste, 2009.

SUZIGAN, Wilson. Estado e industrialização no Brasil. In: **Revista Econômica Política**, vol. 8, n^o 4, São Paulo, out./dez. 1988.

SWITKES, Glen. Yaceretá e Itaipu, dívidas de bilhões de dólares. Disponível em:

<<http://riosvivos.org.br>>. Acesso em: 13 mar. 2001.

VAINER, Carlos B.; ARAUJO, Frederico G. B. de. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

Outras referências:

A ENERGIA Elétrica no Brasil (da primeira lâmpada à Eletrobrás). Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO. Lei n^o 10.257, de 10 de julho de 2001. Disponível em:

<<http://www.gov.br/materia.asp?id=599980>>. Acesso em: 15 jul. 2005.

ATOS oficiais da Itaipu Binacional. Curitiba, PR: Itaipu Binacional, 1996.

CENTRO DE MEMÓRIA DA ELETRICIDADE NO BRASIL. **Octávio Marcondes Ferraz** –

Um pioneiro na Engenharia Nacional. Rio de Janeiro: Memória da Eletricidade, 1993.

AMEAÇA da Itaipu aos vizinhos paraguaios e argentinos. **Jornal Nosso Tempo**. Foz do Iguaçu, 21 a 27/7/1980

OS PRESIDENTES em Itaipu. **Jornal Canal de Aproximação**. Foz do Iguaçu, ano III, nº 29, nov. 1989.

APROVEITAMENTO do potencial de Sete Quedas. **Jornal de Itaipu**, fevereiro de 1996.

NOVAMENTE a revisão do tratado. **Jornal de Foz. Foz do Iguaçu**, 29/4 a 4/5/1993.

REVISÃO do Tratado de Itaipu. **Jornal Gazeta do Iguaçu**. 20/2/1993.

CORRUPÇÃO nas usinas hidrelétricas. **Jornal Folha de São Paulo**, 9/6/2001.

OBRA marca início da era de industrialização no Paraguai. **Jornal O Presente**. Marechal Cândido Rondon-PR, 18/6/2011.

TRATADO de Itaipu deverá ser votado na próxima semana. **Jornal O Presente**. Marechal Cândido Rondon-PR, 23/3/2011.

PARAGUAIOS pedem aprovação de mudanças no Tratado de Itaipu. **Jornal O Presente**. Marechal. Cândido Rondon-PR, 28/4/2011.

PARAGUAI quer mais. **Jornal O Presente**. **Jornal O Presente**. Marechal Cândido Rondon-PR, 31/3/2011.

RETRATOS – Foz do Iguaçu (Coletânea de entrevistas e fotos sobre a história de Foz do Iguaçu). Umuarama, PR: Editora Paraná, 1997.